

4. Gênero e etnia na história da educação brasileira

PERFIL DE PROFESSORAS EM NATAL (1889-1910)¹

Rossana K. Brito de Souza Pinheiro/UFRN

Maria Arisnete Câmara de Moraes/UFRN

O presente trabalho é vinculado à *Base de Pesquisa Gênero e Práticas culturais: abordagens históricas, educativas e literárias* e ao projeto integrado *Gênero, Representações e Práticas de Leitura/CNPq*, através do qual o projeto inicial ganhou contornos de uma tese no mosaico construído pelo conjunto de pesquisadores que constituem essa base, através de suas linhas de pesquisa. Enquadra-se na linha de pesquisa *Cultura e História da Educação* do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que reúne pesquisas sobre gênero e relações sociais, práticas institucionais e culturais.

O estudo em questão tem como objetivo demonstrar a existência de um perfil exigido e apropriado ao exercício docente entre 1889 e 1910 buscando compreender a representação desse ser professora nessa configuração. Para tanto, privilegia-se as mulheres professoras da sociedade natalense na transição do século XIX para o XX.

O desejo por estudar perfis de mulheres emerge da minha trajetória pessoal caracterizada, entre outras coisas, por ser mulher, mãe, esposa e professora. Cada um desses papéis sociais, e com perfis específicos, estão relacionados com o meu meio social e as relações interpessoais estabelecidas nessa configuração. Essa trajetória estabelece uma relação íntima e estreita com as duas categorias centrais no desenvolvimento do estudo que ora apresento, ou seja, gênero e educação.

Ao me debruçar sobre o tema que envolve essa pesquisa – relações de gênero na educação feminina republicana - recordo as discussões, ainda como estudante de Magistério entre os anos de 1989 e 1991, em sala de aula na disciplina de didática, particularmente as que envolviam as maneiras de vestir da professora. O vestuário deveria funcionar como prerrogativa moral para caracterizar uma boa professora.

¹ Pesquisa financiada pela CAPES/CNPq

Apesar de escapar à minha compreensão os motivos que justificavam um discurso e uma prática que estabeleciam fronteiras entre o modo de ser da professora e dos estudantes, assumi o que me ensinavam ser o correto sob a alegação de ser sensato. Carrego em mim as marcas dessa formação que não é minha e nem da professora de didática, mas de uma construção histórica e cultural.

Percebo que os elementos evidenciados por essa professora de futuras professoras estruturaram-se a partir de um modelo que evoca processos formativos históricos, além de uma representação apropriada para o gênero feminino: modos ponderados, roupas compostas, em consonância com uma relação de sala de aula que pretende não dispersar a atenção dos estudantes para qualquer outra coisa que não seja o conteúdo programado.

No ensaio *Mulheres na sala de aula*, Guacira Louro (1997) trouxe para mim aspectos peculiares sobre a formação das professoras. A autora analisa, entre outros aspectos, como a maneira de vestir de uma professora possuía estreita relação com a manutenção de sua reputação e estas expressavam um caráter assexuado e distante apropriado para mulheres que educavam outras mulheres. Esses elementos caracterizaram o ser professora a partir da segunda metade do século XIX.

Essa postura austera está representada na tese *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1876-1954)* (PINHEIRO,1997) através das práticas pedagógicas da professora Maria Carolina Wanderley Caldas. Dona Sinhazinha Wanderley, como era conhecida, ministrava aulas no Município de Assu (RN) na primeira metade do século XX.

Pinheiro traz relatos de ex-alunos e contemporâneos dessa professora acerca do seu comportamento e modo de trajar-se. Suas vestimentas sóbrias, sempre nas tonalidades azul, cinza e bege, obedeciam a um único estilo: saias longas e casaco com pregas. Dessa forma, destituía-se dos babados, rendas e laçarotes usados por suas contemporâneas. Ao mesmo tempo em que deixava de lado tais adereços nas roupas, deixava também a representação de mulher, como símbolo de feminilidade e maternidade, e assumia a de professora, literata e partícipe do universo cultural público e, portanto, masculino em seu período histórico. Assumir uma imagem reservada através das roupas proporcionava,

nessa configuração, indicadores de inteligência e respeitabilidade necessários a essa inserção.

A imagem séria das professoras era indicador de inteligência como também severidade, as roupas escuras, o cabelo em coque, quase sempre de óculos. A varinha de ensinar e o olhar repreendedor completavam a indumentária que ela precisaria representar para ter o controle de sala de aula.

Sugestionada pelo objeto de pesquisa de minha dissertação de Mestrado – *Historia da educação das mulheres em Natal (1889-1899)* (PINHEIRO, 2003) - eu ruminei em silêncio sobre os obituários, propagandas de artigos femininos, discursos dos Diretores de Instrução Pública, romances apresentados na forma de folhetins, contos. Aos poucos fui percebendo que, apesar das formas distintas com se apresentavam esses dados – seja uma nota de falecimento ou uma felicitação de aniversário –, existia um discurso articulado que dizia e apontava para um determinado perfil de mulher em Natal.

Ao buscar a educação das mulheres, tanto do ponto de vista da discente como da docente, em Natal em um período caracterizado por modificações políticas no Brasil, eu pude olhar para dentro das escolas femininas e, através das disciplinas propostas nos regulamentos Estaduais e nos anúncios das escolas privadas, vislumbrar uma sintonia entre um discurso sobre o sentido de ser cidadão e uma instrução que pretendia um perfil de mulher, de família e de sociedade.

O ideal feminino perceptível em diversos documentos a que tive acesso encontra certa relação com a fala do deputado Pedro Américo, em 27 de janeiro de 1891, à Assembléia Constituinte sobre o voto feminino:

Deixo a outros a glória de arrastarem para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e angélica do gênero humano. A observação dos fenômenos afetivos, fisiológicos, psicológicos, sociais e morais não me permite erigir em regra o que a história consigna como simples ainda, que insignes, exceções. (apud CAVALCANTI, 2002, p.291)

A fala desse deputado referendava o discurso vigente e valorizava a mulher como uma missionária na República que se iniciava, cuja função restringia-a ao âmbito

doméstico, segundo ele, mais moral do que político. A mulher, “parte serena e angélica do gênero humano”, deveria permanecer à parte da vida pública para bem desempenhar sua missão junto à família e, portanto, junto a sociedade.

No jogo das representações do ser mulher professora, os discursos de parlamentares, médicos, clérigos, legisladores não apenas espelharam essas mulheres, mas as produziram. O magistério estava associado à imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída necessária à construção de um novo paradigma social.

A professora assume um papel importante nesse processo educacional: era preciso que a mulher/professora possuísse um perfil que reforçasse o discurso da virtude e da moralidade dentro e fora do lar. No espaço público e privado, era de sua responsabilidade exercer uma influência benéfica que contribuiria para a moralização da sociedade.

Esse modo de ver ou de colocar as regras sociais reorganizou também o discurso pedagógico e a prática educativa colocando a instrução feminina como necessária àquela ordem social. Esse aspecto possibilitou à mulher uma inserção maior na vida pública como educanda e educadora nas escolas femininas em Natal/RN.

Nesse momento histórico específico mesmo sendo educadas para o lar, as mulheres eram professoras, escritoras e dividiam o espaço público com os homens na pequena Natal de 13.725 habitantes (A REPÚBLICA, 13/03/1899). Talvez as mulheres natalenses tenham procurado nessas atividades intelectuais o reconhecimento social e, nesse sentido, a educação escolar surge como algo específico, apropriada e destinada ao universo feminino.

Mas o que caracterizava o ensino nessas instituições era um currículo que priorizava a educação da mulher para além do aspecto instrucional. (A REPÚBLICA, 03/02/1894) Uma educação destinada a suprir um perfil de mulher idealizado pelo discurso republicano, que era o de educadora dos filhos e formadora dos futuros cidadãos, além de se pretender para ela um certo traquejo social e uma boa representatividade junto ao esposo.

Esses anseios sociais faziam com que as escolas destinassem às moças, além dos conteúdos instrucionais, a música, as línguas estrangeiras e as habilidades domésticas,

formando-as para serem anfitriãs perfeitas, esposas dedicadas e mães ideais. A configuração posta trazia consigo a necessidade de definição de um perfil de mulheres capazes de educar outras mulheres para este fim. Uma mulher percebida diante de um sentido de urbanidade nascente; uma urbanidade que colocava a mulher como responsável pela harmonia do lar. A escola e sua educação estética² cumpria parte dessa função ao proporcionar conteúdos como os do *Colégio Particular Natalense*:

Colégio Particular Natalense
Sexo Feminino, Diretora D. Luiza Lima, R. da Conceição, n. 26.
Ensina primeiras letras, todos os trabalhos de agulha, noções de música com exercícios de piano. Aceita alunas internas e externas. Mensalidades para as primeiras 40\$000 reis; para as segundas 3\$000 reis. O pagamento será adiantado. (A REPÚBLICA, 09/07/1892)

Nos documentos oficiais investigado, como a Constituição Federal de 1891 e a Legislação Educacional do período, são perceptíveis aspectos que dizem do papel social atribuído às mulheres, bem como as relações de gênero em fins do século XIX e início do século XX. Essas relações estavam expressas também nos jornais da época, como *A República*, ao lado dos ideais republicanos veiculados.

Assinando como *Senhoras Norte-rio-grandenses*, as mulheres manifestaram sua crença na Junta Governativa³ adjetivando-a de patriótica e defensora da verdade. Caracterizando-se como virginais irmãs do povo, essas senhoras expressam de maneira literária o ideal feminino desse período. Contemplavam a “luz” republicana através das “emoções sinceras” de sua “alma feminil”, cultuando a liberdade republicana e seguindo os deveres da nova ordem social.

² A educação estética é considerada por Veiga (2000) aquela destinada às funções de sociabilidade, educação religiosa e moral.

³ Em Dezembro de 1891 o governador Miguel Joaquim de Almeida Castro é deposto. (A REPUBLICA, 05.12.1891). Sua deposição está diretamente ligada a deposição de Deodoro da Fonseca da Presidência do Brasil e a posse de Floriano Peixoto. Para o Governo do Rio Grande do Norte é instaurada uma Junta Governativa composta por Francisco Lima e Silva, Manoel do Nascimento Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves até ser substituída pelo governador eleito Pedro Velho de Albuquerque Maranhão em 22.02.1892. (ARAUJO, 1982, p.102).

(...) Nós que sentimos n'alma as emoções sinceras
As efusões leais das consciências sãs
Nós que somos do povo as virginais irmãs
Nós que temos na frente o íris da esperança
Esses eflúvios bons de um novo alvorecer
Que sabemos prestar um culto à liberdade
Que sabemos seguir a trilha do dever
Nós que colhemos sempre os louros da vitória
Quando se faz mister amordaçar a dor
Que só temos no lábio essa palavra – Honra
Que só temos na mente esse ideal – Amor
Agora que o porvir sorrindo nos acena
Que a cerração passou, que é tudo rosicler
Viemos vos trazer as bênçãos da família
Viemos vos saudar em nome da mulher.
(...) (A REPÚBLICA, 12.12.1891)

“Honra”, “amor”, “virtude”, “razão”, “família” e “verdade” são palavras que carregam em si uma trajetória histórica e que se materializam nessa configuração sugerindo o modo de ser e de viver das mulheres natalenses do fim do século XIX. Seu discurso condensa a relação político-social do período em análise e me conduz a pensar sobre o modo de ser e de viver das professoras natalenses desse período.

Meu encontro com Maria Luiza de França, uma professora que cometeu suicídio em 1897, demonstra a existência de um certo perfil de professora que se coadunava com o perfil de mulher evocado pelos discursos republicanos no entre-séculos.

Após três anos residindo e lecionando em uma escola situada no bairro da Ribeira, a professora Maria Luiza publicou um anúncio no jornal *A República*, oferecendo seus serviços de professora em outra escola, também de sua propriedade, mas agora situada no bairro da Cidade Alta. (A REPUBLICA, 13.04.1897). A mudança de domicílio da professora, e suas conseqüências são matéria de destaque no jornal *A República* daquele mês de abril. Alguns dias depois do anúncio citado acima, em 26 de abril de 1897, Maria Luiza de França cometeu suicídio.

Através de cartas que ela mesma diz serem apenas desabafos para serem destruídos depois explicou os motivos que a levaram a realizar o intento. A miséria que a envolvia, a falta de perspectiva social e afetiva, os empréstimos constantes para pagar dívidas que só se avolumavam, a solidão, apesar das alunas com quem ela vivia, a fizera realizar o que o jornal classificava como um “lamentável ato de desespero”. (A REPÚBLICA, 27/04/1897).

Uma mulher, uma professora que se julgava digna, com um comportamento moral que não justificava a punição da indiferença pelos seus vizinhos. A mudança de domicílio estava relacionada com a forma pela qual estava sendo tratada pelos vizinhos em consequência, talvez, de um amor por ela alimentado e que não era consoante com aquilo que se esperava de uma professora. O momento histórico vivido por ela em Natal, no fim do século XIX, não concebia um comportamento feminino que não se enquadrasse no binômio mãe e esposa.

Maria Luiza era parte de uma categoria - as professoras - responsáveis por um processo de educação feminina em Natal, que se sintonizava com o discurso corrente expresso na obra *Educação Nacional* (VERÍSSIMO, 1890, p.47-52). Esse autor percebe a formação do caráter como um dos aspectos mais importantes para se organizar a educação em todo o país. Advogava para a mulher uma educação que a capacitasse para ser mãe de família e reguladora da economia doméstica, pois a mãe brasileira com o seu “amor maternal, sem energia deixa ver quão deficiente senão dissolvente, era a educação doméstica como educação do caráter”.

Maria Luiza ensinava particular, trabalhando todas as matérias exigidas pelos Regulamentos de Instrução Pública Primária a meninos de ambos os sexos, mas isso não bastava; era preciso que a mulher professora possuísse uma conduta social que reforçasse a mentalidade que se desejava construir em Natal, nas primeiras décadas do Brasil republicano. A morte de Maria Luiza de França reforça a força do discurso da virtude e da moralidade destinada à mulher dentro e fora do lar.

A história de Maria Luiza de França retrata a dificuldade de ser mulher e professora nessa configuração. Reforça para mim a idéia de um perfil construído em cima de valores morais, de um “fabrico” do “ser professora”, do “ser mulher” e de instituições organizadas com base em um perfil de professora.

Esta foi Maria Luiza ou o que me foi possível saber sobre ela. Existiam outras que figuravam no jornal oferecendo seus serviços de educadora, transitando entre a escola privada e a publica, recebendo homenagens publicas pelo seu zelo, sendo exortada a comparecer com as notas. E todas essas histórias de professoras me fizeram buscar essas relações acontecendo em outros espaços educacionais compreendendo que as praticas educativas ocorrem fora da escola e, muitas vezes, com uma força muito maior se considerarmos certos grupos e determinadas épocas históricas.

Para além da educação escolar, outros processos formativos interferem na organização do pensamento e da ação dos indivíduos em uma configuração dada. Os contos e poesias registrados no período alimentam o ideal de mulher virtuosa e abnegada no exercício de sua missão de mulher junto aos filhos e ao marido.

Um desses contos, *A partilha*, publicado por Coelho Neto no jornal *A República* de 10 de janeiro de 1897, retrata a história de uma viúva com dois filhos pequenos, tentando superar a fome e a doença para cuidar deles. Seu sofrimento é identificado como parte do dever de mãe que, enquanto embala o filho pequeno e tenta saciar a fome do outro, esquece de sua precária saúde e segue na missão materna cantarolando passivamente.

Cantava e as lágrimas rolavam-lhe em dois fios ao longo da face magra e pálida. Sofria, mas como era preciso que o pequeno adormecesse, cantava, indo e vindo, devagar, embalando nos braços a criança. O mais velho, três anos, olhava-a sorridente e, de quando em quando cantarolava 'Estou com fome, mamãe, estou com fome...' (...) - Não chores! Olha que vai acordar o maninho. Espera. E, desabotoando, o corpinho tirou o peito farto, pojado de leite e espremeu-o, trincando os lábios descorados por onde as lágrimas corriam fio a fio e, entregando a tigelinha ao filho: - Toma! E não faças bulha.(...) (A REPÚBLICA, 10/01/1897)

A base de argumentação que relacionava maternidade, domesticidade, abnegação e sacerdócio aliaram-se a uma demanda advinda do aumento no quantitativo de escolas femininas e alocou a mulher como a mais apropriada para o melhor desempenho educacional no país a partir de suas bases: a educação primaria.

Em uma sociedade que se queria civilizada pela educação, esse gênero passa a ser a referência na função de moralizar essa sociedade a partir de uma certa conduta e de uma

certa condução também no espaço educacional. Moralidade é seu discurso. Virtude a sua meta. E as primeiras décadas do Brasil republicano estavam carregadas desses conceitos no imaginário social.

O ano de 1889 configura para o Rio Grande do Norte, como para o Brasil, um momento político singular e motivador de uma série de transformações sociais, culturais e educacionais com a proclamação da República. Esse é um aspecto da nossa história que convida a uma investigação acerca de como se organizavam as relações de gênero ou, ainda, como se movimentavam as mulheres, particularmente, as professoras, nesse período. Percebo este como um momento singular em que se reorganizavam as formas de organização política e institucionais do Brasil, além de uma reforma conceitual nas categorias sociais vigentes.

Compreender o fenômeno educacional em todas as suas dimensões e promover um encontro com práticas que ajudam a desnaturalizar gestos e palavras, são elementos que permitem explicar certos fenômenos educativos, na relação com a cultura, a política e a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Jornais

REPÚBLICA. A. *A deposição* Natal, 05 de dezembro de 1891, p.1

REPÚBLICA. A. *À patriótica Junta Governativa do Estado pelas Senhoras norte rio-grandenses*. Natal, 12 de dezembro de 1891, p. 2

REPÚBLICA. A. *Anúncios: Colégio Particular Natalense*. Natal, 09 de julho de 1892, p.3.

REPÚBLICA. A. *Anuncio: Colégio N. S. da Apresentação*. Natal, 03 de fevereiro de 1894, p. 3.

REPÚBLICA. A. *A partilha*. Natal, 10 de janeiro de 1897, p.3.

REPÚBLICA. A. *Escola mista de instrução primária*. Natal, 13 de abril de 1897, p.3.

REPÚBLICA. A. *Suicídio*. Natal, 27 de abril de 1897, p.3

REPÚBLICA. A. *Censo*. Natal, 13 de março de 1899, p.2

Livros, Teses e Dissertações

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à primeira República*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Educação), 1982.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. *Constituição Federal Brasileira (1891): comentada*. ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção História Constitucional Brasileira)

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

PINHEIRO, Rosanália Sá Leitão. *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano do Assu em prosa e verso (1876-1954)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Educação), 1997.

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza. *Historia da educação das mulheres em Natal (1889-1899)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Educação), 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Livraria Universal, 1890.